

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. A ausência de marcação ou a marcação de mais de um campo não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Em seu caderno de provas, caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados como premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

CONHECIMENTOS GERAIS

Texto CG1A01AAA

1 As perícias médico-legais relacionadas ao fato
tanatológico comportam sempre forte impregnação
cronológica.

4 A definição cronológica da morte, isto é, a
determinação do momento em que ela ocorreu, é de extrema
importância. Em termos jurídicos, é bastante relevante a
7 determinação do momento de ocorrência do êxito letal ou de
seu relacionamento com eventos não ligados diretamente a ele
— como no caso, por exemplo, dos problemas sucessórios
10 surgidos na comoriência. Também na área do direito penal,
sobretudo quando se lida com mortes presumivelmente
criminosas, a fixação do momento da morte tem especial
13 importância, pois pode ajudar a esclarecer os fatos e a apontar
autorias.

16 Por outro lado, os progressos da ciência médica têm
tornado imperioso que o momento do óbito seja estabelecido
com o máximo rigor. De fato, a problemática ligada à
separação de partes cadavéricas destinadas a transplantes em
19 vivos exige que sua retirada seja feita em condições de
aproveitamento útil, o que impõe, em muitos casos, que esse
procedimento seja feito em prazos curtos, iniciados com o
22 momento da morte. É importante, pois, que o médico
estabeleça o momento de ocorrência do êxito letal com a maior
precisão possível.

25 Estabelecer o momento da morte é situá-la no tempo
e, para situar um acontecimento no tempo, é preciso que se
tenha um conceito claro do que seja tempo. Fugindo das
28 conceituações matemáticas ou filosóficas de tempo,
pragmaticamente aceitamos a conceituação popular de tempo,
isto é, a grandeza que se mede em minutos, horas, dias, meses
31 ou anos. Essa tomada de posição, embora simplista e empírica,
é a única que se nos afigura capaz de contribuir para a solução
do problema tanatognóstico e, conseqüentemente, do da
34 conceituação do momento da morte.

37 Estando a medicina legal a serviço do direito e as
conceituações jurídicas estando frequentemente ligadas às
noções temporais, compreende-se que se deva esperar da
medicina legal uma função cronodiagnóstica. Os critérios
cronológicos não se limitam a classificar os fatos em anteriores
40 ou posteriores; vão mais longe. É preciso medir o tempo que
separa dois eventos, pois, como afirma Bertrand Russel, só
podemos afirmar que conhecemos um fenômeno quando somos
43 capazes de medi-lo, e o conceito de morte está intimamente
ligado ao conceito de tempo.

QUESTÃO 1

Assinale a opção correta de acordo com as ideias do texto
CG1A01AAA.

- Ⓐ Uma das principais atribuições da medicina legal, ao apurar as causas de uma morte, é determinar a ordem de acontecimento dos fatos, sem que, para isso, seja necessário precisar o momento de ocorrência de cada um deles.
- Ⓑ A determinação do momento de ocorrência da morte de uma pessoa tem grande relevância nos casos de mortes criminosas.
- Ⓒ A não determinação do momento exato da morte de uma pessoa, em caso de morte criminosa, inviabiliza a identificação do autor do crime.
- Ⓓ Quando o procedimento de retirada das partes do corpo de um cadáver é iniciado no momento da morte, encaminham-se as partes saudáveis para transplante.
- Ⓔ Por não serem precisas, as conceituações matemáticas e filosóficas do tempo são inócuas no campo jurídico.

QUESTÃO 2

Seriam mantidos o sentido original e a correção gramatical do texto
CG1A01AAA caso fosse inserida uma vírgula imediatamente após
a palavra

- Ⓐ “única” (l.32).
- Ⓑ “classificar” (l.39).
- Ⓒ “morte” (l.12).
- Ⓓ “letal” (l.23).
- Ⓔ “preciso” (l.26).

QUESTÃO 3

A correção e o sentido original do texto CG1A01AAA seriam
preservados caso se substituísse

- Ⓐ “êxito” (l.7) por **prêmio**.
- Ⓑ “progressos” (l.15) por **desenvolvimentos**.
- Ⓒ “empírica” (l.31) por **científica**.
- Ⓓ “frequentemente” (l.36) por **diuturnamente**.
- Ⓔ “comportam” (l.2) por **procedem**.

QUESTÃO 4

No texto **CG1A01AAA**, a oração “que sua retirada seja feita em condições de aproveitamento útil” (ℓ. 19 e 20) exerce a função de

- A sujeito.
- B adjunto adnominal.
- C predicativo do sujeito.
- D predicativo do objeto.
- E objeto direto.

QUESTÃO 5

No texto **CG1A01AAA**, a conjunção “pois” (ℓ.22) introduz, no período em que ocorre, uma ideia de

- A conclusão.
- B explicação.
- C causa.
- D finalidade.
- E consequência.

QUESTÃO 6

No texto **CG1A01AAA**, a partícula “se”, em “a grandeza que se mede em minutos, horas, dias, meses ou anos” (ℓ. 30 e 31), classifica-se como

- A parte integrante de verbo.
- B pronome reflexivo recíproco.
- C pronome apassivador.
- D palavra expletiva.
- E índice de indeterminação do sujeito.

QUESTÃO 7

Conforme o **Manual de Redação da Presidência da República** (MRPR), os expedientes oficiais que seguem o padrão ofício

- A respeitarão o quesito clareza, se, em seu texto, forem evitadas palavras inúteis, eliminadas as redundâncias e suprimidos trechos que nada acrescentem ao entendimento do assunto abordado.
- B devem ser redigidos de forma concisa, para que o leitor consiga, de imediato, apreender o conteúdo do texto.
- C admitem o emprego de jargão técnico em situações específicas, devendo ser evitado seu uso indiscriminado.
- D devem obedecer às regras de forma estabelecidas pelo manual, que se restringem ao emprego adequado das formas e das expressões de tratamento e ao uso da norma padrão da língua.
- E abordam assuntos relativos à administração pública e também questões pessoais referentes aos interlocutores, quando tomados como representantes do poder público.

QUESTÃO 8

A respeito da finalidade e das características de um memorando, assinale a opção correta.

- A Por ser uma forma de comunicação eminentemente interna, o memorando tem caráter estritamente administrativo, não podendo ser utilizado para outros fins.
- B Para compor memorando expedido pelo diretor do serviço de medicina legal a um dos chefes de repartição desse serviço, estariam adequados o fecho e a identificação do signatário a seguir:
Atenciosamente,

(espaço para assinatura)

Nome

Diretor do Serviço de Medicina Legal

- C O memorando deve ser utilizado apenas nas situações em que não seja possível o uso de correio eletrônico.
- D Em memorando destinado ao secretário de defesa social do estado de Pernambuco, este deve ser evocado da seguinte forma:
A Sua Excelência o Senhor
Nome da pessoa a quem o expediente se destina
Secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco
- E Entre os elementos pré-textuais de um memorando deve constar o cabeçalho, com o nome do órgão, o endereço postal e o endereço de correio eletrônico do destinatário.

QUESTÃO 9

Admite-se a tentativa nos crimes

- A unissubsistentes.
- B culposos.
- C preterdolosos.
- D complexos.
- E omissivos próprios.

QUESTÃO 10

No que se refere à aplicação da lei penal no espaço, assinale a opção correta.

- A De acordo com o princípio da nacionalidade, é possível a aplicação da lei penal brasileira a fato criminoso lesivo a interesse nacional ocorrido no exterior.
- B A aplicação da lei penal brasileira a cidadão brasileiro que cometa crime no exterior é possível, de acordo com o princípio da defesa.
- C De acordo com o princípio da representação, a lei penal brasileira poderá ser aplicada a delitos cometidos em aeronaves ou embarcações brasileiras privadas, quando estes delitos ocorrerem no estrangeiro e aí não forem julgados.
- D De acordo com o princípio da justiça penal universal, a aplicação da lei penal brasileira é possível independentemente da nacionalidade do delinquente e do local da prática do crime, se este estiver previsto em convenção ou tratado celebrado pelo Brasil.
- E Segundo o princípio da territorialidade, a lei penal brasileira poderá ser aplicada no exterior quando o sujeito ativo do crime praticado for brasileiro.

QUESTÃO 11

Constitui causa que exclui a imputabilidade a

- A embriaguez preordenada completa proveniente da ingestão de álcool.
- B embriaguez acidental completa proveniente da ingestão de álcool.
- C embriaguez culposa completa proveniente da ingestão de álcool.
- D emoção.
- E paixão.

QUESTÃO 12

Com relação ao inquérito policial (IP), assinale a opção correta.

- A Nos crimes de ação penal privada, a autoridade policial pode instaurar o IP de ofício.
- B Durante o curso do IP, o indiciado poderá requerer qualquer diligência, mas realizá-la ou não ficará a critério da autoridade.
- C Uma vez que o juiz tenha ordenado o arquivamento do IP, este não poderá ser desarquivado pela autoridade policial para novas investigações, ainda que haja notícias de novas provas.
- D Após terminado o IP, a autoridade deverá fazer minucioso relatório do que tiver sido apurado e enviar os autos ao Ministério Público (MP), para que este proceda ao oferecimento de denúncia.
- E O IP deve terminar em trinta dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante.

QUESTÃO 13

No que se refere aos princípios da ação penal pública incondicionada, assinale a opção correta.

- A O princípio da obrigatoriedade impõe ao MP o dever de promover a ação penal pública incondicionada quando este considerá-la conveniente para a sociedade.
- B O princípio da indivisibilidade determina que a ação penal pública incondicionada abranja todos os crimes praticados em concurso formal.
- C O princípio da intranscendência determina que a ação penal incondicionada seja sempre promovida apenas contra as pessoas a quem se impute a prática de uma infração.
- D O princípio da oficialidade determina que a ação penal pública incondicionada seja intentada preferencialmente pelo MP, órgão oficial do Estado.
- E O princípio da indisponibilidade determina que o MP pode desistir da ação penal pública incondicionada até a edição da sentença.

QUESTÃO 14

A interceptação de comunicações telefônicas

- A pode ser determinada de ofício pelo juiz durante a investigação criminal.
- B pode ser requerida pela autoridade policial no curso da instrução processual penal.
- C depende da existência de indícios razoáveis de autoria e da materialidade da infração penal.
- D é admitida, quando autorizada por juiz, mesmo que a prova possa ser feita por outros meios disponíveis.
- E é admitida se o fato investigado constituir infração penal punida, pelo menos, com pena de detenção.

QUESTÃO 15

Um funcionário público, exercente do cargo de policial civil em delegacia de determinado município do estado de Pernambuco, divulgou em um jornal local, sem justo motivo, fatos ocorridos na sua repartição, o que propiciou que pessoas não autorizadas tomassem conhecimento desses fatos.

Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei n.º 6.425/1992 — que institui o Estatuto dos Policiais Cíveis do Estado de Pernambuco —, a conduta do funcionário poderá ser enquadrada como transgressão disciplinar

- A grave, sujeita a suspensão por trinta dias.
- B média, sujeita a demissão, a ser aplicada pelo próprio titular da delegacia.
- C grave, sujeita a demissão, a ser aplicada pelo secretário de Segurança Pública.
- D média, sujeita a repreensão.
- E leve, sujeita a multa.

QUESTÃO 16

Caso um funcionário público, ocupante do cargo de policial civil da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, cometa alguma irregularidade no exercício do seu cargo, a correspondente apuração

- A terá de ser promovida por processo disciplinar que poderá ser instaurado por médico legista.
- B poderá prescindir da instauração de processo disciplinar, no caso de aplicação da pena de suspensão por mais de quinze dias.
- C poderá prescindir da instauração de processo disciplinar, no caso de aplicação da pena de destituição de função de chefia.
- D compreenderá a sindicância e o inquérito disciplinar, conforme o caso.
- E terá de ser promovida por processo disciplinar que poderá ser instaurado por titular de delegacia.

QUESTÃO 17

Na apuração de eventual irregularidade cometida por funcionário público ocupante de cargo de policial civil da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, o inquérito disciplinar será promovido por uma comissão permanente de disciplina que será composta por três membros,

- A bacharéis em direito e funcionários policiais, designados pelo chefe de gabinete da Secretaria de Segurança Pública.
- B bacharéis em direito, funcionários policiais ou não, designados pelo titular da delegacia.
- C bacharéis em direito, funcionários policiais ou não, designados pelo governador do estado.
- D de preferência bacharéis em direito e funcionários policiais, designados pelo corregedor de polícia.
- E de preferência bacharéis em direito, funcionários policiais ou não, designados pelo secretário de Segurança Pública.

Texto CG1A06AAA

A Polícia Civil de determinado município prendeu, na sexta-feira, um jovem de 22 anos de idade suspeito de ter cometido assassinatos em série. Ele é suspeito de cortar, em três partes, o corpo de outro jovem e de enterrar as partes em um matagal, na região interiorana do município. Ele é suspeito também de ter cometido outros dois esquartejamentos, já que foram encontrados vídeos em que ele supostamente aparece executando os crimes.

Espaço livre

QUESTÃO 18

Tendo como referência o texto **CG1A06AAA**, assinale a opção correspondente à negação correta da proposição “A Polícia Civil de determinado município prendeu, na sexta-feira, um jovem de 22 anos de idade suspeito de ter cometido assassinatos em série”.

- A** A Polícia Civil de determinado município não prendeu, na sexta-feira, um jovem de 22 anos de idade que é suspeito de não ter cometido assassinatos em série.
- B** A Polícia Civil de determinado município não prendeu, na sexta-feira, um jovem de 22 anos de idade suspeito de ter cometido assassinatos em série.
- C** A Polícia Civil de determinado município prendeu, na sexta-feira, um jovem de 22 anos de idade que não é suspeito de ter cometido assassinatos em série.
- D** A Polícia Civil de determinado município prendeu, na sexta-feira, um jovem de 22 anos de idade suspeito de não ter cometido assassinatos em série.
- E** A Polícia Civil de determinado município não prendeu, na sexta-feira, um jovem de 22 anos de idade que não é suspeito de ter cometido assassinatos em série.

QUESTÃO 19

Assinale a opção que apresenta corretamente a quantidade de linhas da tabela verdade associada à proposição “Ele é suspeito de cortar, em três partes, o corpo de outro jovem e de enterrar as partes em um matagal, na região interiorana do município”, presente no texto **CG1A06AAA**.

- A** 32.
- B** 2.
- C** 4.
- D** 8.
- E** 16.

QUESTÃO 20

Assinale a opção que é logicamente equivalente à proposição “Ele é suspeito também de ter cometido outros dois esquartejamentos, já que foram encontrados vídeos em que ele supostamente aparece executando os crimes”, presente no texto **CG1A06AAA**.

- A** Se foram encontrados vídeos em que ele supostamente aparece executando os dois esquartejamentos, ele é suspeito também de ter cometido esses crimes.
- B** Ele não é suspeito de outros dois esquartejamentos, já que não foram encontrados vídeos em que ele supostamente aparece executando os crimes.
- C** Se não foram encontrados vídeos em que ele supostamente aparece executando os dois esquartejamentos, ele não é suspeito desses crimes.
- D** Como ele é suspeito de ter cometido também dois esquartejamentos, foram encontrados vídeos em que ele supostamente aparece executando os crimes.
- E** Foram encontrados vídeos em que ele supostamente aparece executando os dois esquartejamentos, pois ele é também suspeito de ter cometido esses crimes.